

Letramento e literatura infantil: a contribuição do conto de fadas para prática social da leitura

Vanda Viana Gomes¹

Resumo

Qual a contribuição da literatura, especialmente a originada da tradição oral, para a alfabetização e letramento de crianças em processo de aprendizado das práticas de leitura e escrita? O presente trabalho tem por objetivo principal responder a essa pergunta, ressaltando que o uso social da alfabetização e letramento está relacionado a práticas de leitura, escrita e compreensão de textos escritos e orais, que possibilitem ao leitor uma interação com sua cultura e uma postura participativa e funcional na sociedade em que está inserido. Ressaltando o caráter pedagógico e até terapêutico do conto de fadas, o artigo apresenta um estudo de Bettelheim (1980) acerca da contribuição deste gênero literário para o trabalho psicológico com crianças e adultos no encontro de um significado para a vida.

Palavras-chave: Letramento; Alfabetização; Literatura; Conto de fadas; Prática social de leitura e escrita.

Abstract

What is the contribution of literature, especially the one originated from oral tradition to literacy and literacy for children in the learning process of reading and writing practices? This work has the aim to answer this question, stressing that the social use of literacy and literacy is related to practices of reading, writing and comprehension of written and oral texts, enabling the reader to interact with a culture and a participative attitude and functional society in which it appears. Underscoring the pedagogical and therapeutic of the fairy tale, the article shows a study of Bettelheim (1980) about the contribution of this literary genre for the psychological work with children and adults at a meeting of meaning to life.

Keywords: Literacy; Literacy studies; Literature; Fairy tale; Social practice of reading and writing.

¹ Mestre em Letras e Ciências Humanas, Universidade Unigranrio

Introdução

A literatura infantil, sobretudo a originada da tradição oral, tem grande contribuição no processo de alfabetização e letramento de crianças em aprendizado das práticas de leitura e escrita. Ao fornecer ao leitor não só informações de caráter utilitário, mas valores simbólicos e morais, a literatura infantil promove a autonomia e a integração com a sociedade. Estes são os principais conceitos de que se utiliza o presente trabalho, que tem como base teórica os estudos de Bruno Bettelheim (1980) acerca da importância de a leitura fornecer um significado para a vida das crianças, conjugado com os estudos de Magda Soares (1998) e suas impressões do método Paulo Freire.

Uma associação dos estudos dos três autores permite chegar à constatação de que aprender a ler e a escrever é muito mais do que codificar a língua escrita em língua oral, ou vice-versa, é principalmente compreender o que se está lendo e saber usar o texto para interagir com a realidade; é a prática social da leitura e da escrita, que deve ter como resultado o encontro do valor simbólico de si mesmo e da vivência em sociedade.

Na busca desse sentido ou valor que é assimilado, sobretudo no contato social, é primordial entender as relações entre a língua oral e a língua escrita e os impactos que têm sobre o processo de alfabetização. Nesse contexto, a literatura, sobretudo a de tradição oral, é muito útil.

O presente trabalho tem como objetivo geral identificar a contribuição da literatura infantil de tradição oral, especificamente o conto de fadas, para o letramento de crianças em idade pré-escolar ou que estejam aperfeiçoando e desenvolvendo as habilidades de leitura adquiridas em processo de alfabetização. Como objetivo específico, será discutido o potencial terapêutico e pedagógico do conto de fadas para o desenvolvimento emocional e social dos leitores.

O tema proposto será trabalhado com análise bibliográfica, iniciando a discussão com a diferenciação entre alfabetização e letramento, com os autores Magda Soares (1998) e Marcos Bagno, Michael Stubbs e Gilles Gagné (2002). Será dada ênfase ao caráter social e político da alfabetização, à luz da teoria de Paulo Freire (apud SOARES, 1998). A seguir, será feita breve apresentação das formas de

leitura dos textos e os tipos de conhecimentos que podem ser adquiridos com esta prática.

Numa terceira etapa, a importância da literatura para a apreensão de significados e interação social será discutida. O trabalho prosseguirá com a análise da contribuição das formas narrativas de tradição oral para a prática de leitura e escrita contemporânea, concentrando-se no estudo específico dos contos de fadas e sua contribuição social enquanto construção coletiva, tendo se originado de muitos ritos de passagem, inclusive com fins terapêuticos. A análise de Bruno Bettelheim (1980) do conto de fadas como auxiliar dos pais e educadores na construção do significado para a vida das crianças encerra o trabalho.

Alfabetização e letramento: qual é a diferença?

O termo letramento é recente no vocabulário da Educação e das Ciências Linguísticas, tendo surgido na década de 80 para especificar e especializar um grau de habilidade de leitura e escrita, diferenciando-o do estágio de alfabetização. A necessidade de diferenciação destas duas etapas de aprendizado é apontada por Magda Soares (1998), que afirma que o processo de aquisição da língua materna (oral e escrita) é diferente do desenvolvimento da língua (oral e escrita).

Etimologicamente, o termo alfabetização não ultrapassa o significado de “levar à aquisição do alfabeto”, ou seja, ensinar o código da língua escrita. (...) pedagogicamente, atribuir um significado muito amplo ao processo de alfabetização seria negar-lhe a especificidade, com reflexos indesejáveis na caracterização de sua natureza, na configuração das habilidades básicas de leitura e escrita, na definição da competência em alfabetizar. (SOARES, 1998, p. 15).

Soares (1998) explica que o termo letramento, no sentido em que é usado atualmente, deriva do conceito da palavra *literacy*, palavra de origem inglesa que vem do latim *littera* (letra), com o sufixo – *cy*, que denota qualidade, condição, estado, fato de ser. Letramento, portanto, é a capacidade de compreender os significados do texto, de usá-los no cotidiano, de interagir com as palavras escritas, e não apenas decodificar o som em letras ou as letras em som, aprendendo a escrever e reconhecer

o alfabeto, ou mesmo assinar o próprio nome e ler uma frase. Estas últimas definições serviram, por muito tempo, como base para qualificar um indivíduo como alfabetizado nas pesquisas científicas sobre grau de escolaridade no Brasil. O critério atual, no entanto, para considerar um indivíduo alfabetizado é que ele seja capaz de escrever, ler e compreender um pequeno texto. (SOARES, 1998, p. 21).

Esta nova concepção de alfabetização teve influência nos estudos de Paulo Freire (apud SOARES, 1998), que destacou o caráter social e político da alfabetização, defendendo a adequação do material didático à realidade social do alunado, usando palavras, textos e temas comuns ao universo simbólico dos alfabetizandos, numa postura de inclusão das classes menos favorecidas e numa proposta de cidadania. Freire defendia que alfabetizar é um ato político, pois a prática social da leitura e da escrita permite uma interação com os significados inerentes ao indivíduo e ao grupo social onde vive, dando a ele maior autonomia sobre sua vida. (FREIRE apud SOARES, 1998).

Partindo da visão social da alfabetização, um grande obstáculo a ser rompido para que ela chegue às classes populares, na visão de Soares (1998), são as diferenças entre os dialetos de tradição oral e a língua escrita praticada na escola. A autora lembra que os alunos de classe média e alta já chegam à escola familiarizados com a forma culta da língua escrita, porque comumente convivem com pessoas que têm hábito da leitura, o que normalmente influencia na sua oralidade. Já nas comunidades do interior do país, principalmente de zona rural, as crianças aprendem a falar tendo contato com a tradição oral específica daquela localidade, que pode ser mais próxima ou mais distante da língua escrita padrão.

Além da natural distância entre a forma dialetal e a forma culta da língua portuguesa, que dificulta a compreensão do material didático e da própria linguagem usada em sala de aula, há outras dificuldades já inerentes ao processo de alfabetização. Como afirma Soares (1998), língua oral e língua escrita servem a diferentes funções de comunicação, sendo usadas em diferentes situações sociais e com diferentes objetivos. As diferenças entre a forma oral e escrita, portanto, existem até em indivíduos que convivem numa mesma comunidade, já representando uma dificuldade no processo de prática de leitura e escrita. Torna-se, portanto, fundamental para a prática social da leitura e escrita um conhecimento maior da dimensão coletiva

envolvida no processo de letramento, tanto na forma oral como na forma escrita da língua, em conjunto com as formas de compreensão de um texto e os conhecimentos adquiridos neste ato, o que será estudado no próximo item.

Porque o conto de fadas e a literatura infantil são indicados para auxílio na prática social de leitura e escrita

Adicionando aos conceitos até agora apresentados os estudos de Koch (2002) a respeito das formas de se ler um texto e os conhecimentos adquiridos, podemos entender de que forma os conteúdos dos contos da tradição oral são apreendidos pelas crianças e por que são tão indicados durante e após a alfabetização e também no letramento. Koch (2002, p. 19) diz que “na atividade de leitura, ativamos lugar social, vivências, relações com o outro, valores da comunidade, conhecimentos textuais”. Sendo o texto já inserido no contexto cultural da criança, caso da tradição oral, a literatura torna-se mais fácil de ser absorvida.

Recorrendo a várias concepções de leitura, é possível constatar que diversas habilidades são postas em ação no ato de ler e compreender o texto e que esta atividade é social e não solitária, como muitas vezes entende o senso comum. Para ler e interpretar um texto, são ativadas referências culturais, morais, sociais e políticas, que podem interferir e até modificar o sentido original da obra que o autor tinha a intenção de transmitir quando a produziu. Este processo de interação com o texto é mediado pelos diversos tipos de conhecimentos adquiridos pelo leitor ao longo de sua vida.

Koch (2002) diz que há diferentes formas de se conceber o texto, seja com foco no autor, no texto ou na interação autor – texto – leitor, de acordo com a forma de ver a língua, o sujeito, o texto e o sentido. Quando a língua é considerada uma representação do pensamento, o sujeito é visto como individual e dono de suas vontades e ações, e o foco da leitura passa a estar no autor, sendo o leitor apenas um receptor passivo. Quando a língua é vista como estrutura, o sujeito fica “assujeitado” pelo sistema, sendo caracterizado por uma espécie de não consciência, e o foco da leitura está no texto, que é visto como simples produto da codificação de um emissor a ser decodificado pelo leitor.

Na concepção interacional da língua, os sujeitos são vistos “como atores/construtores sociais, sujeitos ativos que se constroem e são construídos no texto, considerando o próprio lugar da interação e da constituição dos interlocutores” (KOCH, 2002, p. 10). Sob esta última concepção, Koch diz que o sentido de um texto é construído na interação texto-sujeito e não algo que preexista a essa interação.

A leitura é, pois, uma atividade interativa altamente complexa de produção de sentidos, que se realiza evidentemente com base nos elementos linguísticos presentes na superfície textual e na sua forma de organização, mas requer a mobilização de um vasto conjunto de saberes no interior do evento comunicativo. (KOCH, 2002, p. 11).

Koch (2002) afirma que são três os grandes sistemas de conhecimento utilizados no processamento textual: conhecimento linguístico, conhecimento enciclopédico e conhecimento interacional. O conhecimento linguístico abrange o conhecimento gramatical e lexical, com os quais é possível compreender a organização do material linguístico na superfície textual, a seleção lexical adequada ao tema ou aos modelos cognitivos ativados. O conhecimento enciclopédico ou conhecimento de mundo é bem geral e diz respeito a conteúdos alusivos a vivências pessoais e eventos espaço-temporalmente situados, permitindo a produção de sentidos. Já o conhecimento interacional refere-se às formas de interação por meio de linguagem.

Desses diversos tipos de conhecimento expostos e suas relações com a aquisição e interpretação dos sentidos do texto, o conhecimento enciclopédico, associado à concepção interacional da língua, são os que mais estão alinhados com a prática social de leitura e escrita, sobretudo da tradição oral.

Discurso oral e letramento: a contribuição das narrativas

Os benefícios da literatura dos contos de fadas são comentados por Rojo (1998 apud CARVALHO; MENDONÇA, 2006), que diz que o letramento está diretamente relacionado com a construção social do discurso oral. Para a autora, o estímulo da prática de leitura e escrita, aliado à ressimbolização da memória social e familiar

trazida pelas narrativas de tradição de pais, avós e professores, contribuem para a apreensão do significado do texto e ao interesse pela leitura. Como afirma Strongoli (1990 apud CARVALHO; MENDONÇA, 2006), quando o professor usa a lembrança de suas experiências infantis ou juvenis com textos escritos de contos infanto-juvenis, ele tem maior probabilidade de encontrar associações com a trajetória de vida do aluno.

As narrativas de tradição oral são geralmente de autoria desconhecida e remontam de séculos atrás, passando de geração a geração. A origem e a utilidade destas histórias se confundem com os mitos. As fábulas, contos populares e contos de fadas, que são os estilos principais, têm sido conservadas na modernidade através da transcrição para a língua escrita. A origem destas formas de narrativa se confunde com os ritos de passagem, sendo verdadeiras construções coletivas.

Segundo Darnton (1986 apud CARVALHO; MENDONÇA, 2006), os contos eram destinados a pessoas que não sabiam ler e que se reuniam à noite, ao redor de fogueiras e lareiras na França Medieval. Os estudiosos mais famosos a passarem os contos de fada para língua escrita foram Charles Perrault, no século XVII e os irmãos Grimm, no século XIX. Ana Maria Machado (2016), em consonância com o que diz Bettelheim (1980), afirma que o homem conta histórias para tentar entender a vida, sua passagem pelo mundo, para ver na existência uma espécie de lógica. Para Coelho (1991 apud CARVALHO; MENDONÇA, 2006), tanto os contos de fada como os contos maravilhosos lidam com duas atitudes humanas: a luta do eu empenhado na realização interior profunda, no plano existencial e na sua realização exterior, no plano social. Enquanto os primeiros se concentram mais no eu interior, nos segundos predominam o lado social.

Câmara Cascudo (s/d) afirma que o que caracteriza o conto popular é a antiguidade (é preciso que o conto seja velho na memória do povo), o anonimato (o conto popular não tem marca de autoria), a divulgação e a persistência. Os estudos mais conhecidos mundialmente são os de Esopo, que no século VI A.C., registrou várias estórias na forma escrita, na Grécia Antiga. No final do século XVII, o acadêmico francês La Fontaine redimensionou as obras já existentes desse gênero literário. No Brasil, Monteiro Lobato foi o autor que mais se ocupou com as fábulas. De narrativa curta, essas histórias apresentam comumente uma moral ao final.

De todos estes estilos de contos de tradição oral, são os contos de fada os mais populares entre as crianças e, por isso, os mais indicados para o aprendizado da leitura e escrita. Tendo sido criados coletivamente, todos os contos de tradição oral contribuem para a apreensão dos valores e sentidos de uma cultura. No entanto, como diz Bettelheim (1980), os contos de fada fornecem um recurso que os outros gêneros não possuem: eles complementam o trabalho de pais e educadores no fornecimento de recursos para a construção do significado da vida das crianças, tendo papel primordial no equilíbrio emocional e social delas.

A Importância social da literatura para o letramento das crianças

Bettelheim (1980) aponta o encontro do significado da vida e da convivência em sociedade como o principal benefício que pode ser obtido com o uso da literatura infantil originada da tradição oral para o letramento de crianças, sobretudo na primeira infância. Para o pesquisador e psiquiatra, a busca pelo sentido individual e social da vida é uma tarefa a ser cumprida por todos os seres humanos, e seu cumprimento culmina na maturidade psicológica do indivíduo, que pode ocorrer a qualquer idade, fornecendo-lhe força interior para resistir e enfrentar as adversidades inevitáveis de sua existência.

A descoberta do significado da vida ocorre paulatinamente, sendo impulsionada pelo material simbólico fornecido por pais e educadores e complementado pela herança cultural, quando transmitida adequadamente. A literatura, diz Bettelheim (1980), seria o meio mais seguro de executar esse trabalho, mas o autor alerta que tem sido muito baixa a qualidade dos livros infantis produzidos na modernidade. “Os livros e cartilhas onde se aprende a ler na escola são destinados ao ensino das habilidades necessárias, independente do significado (...). A aquisição de habilidades, inclusive a de ler, fica destituída de valor quando o que se aprendeu a ler não acrescenta nada de importante à sua vida”. (BETTELHEIM, 1980, p. 12).

A declaração de Bettelheim (1980) acerca da necessidade de o material de leitura ser encarado não apenas pelo caráter utilitário, mas como um fator de inserção social e de integração consigo mesmo se coaduna com a proposta de Paulo Freire (apud SOARES, 1998) para o método de alfabetização para classes populares e

jovens e adultos. Afirmando que utilizar temas, frases, palavras e imagens simbólicas familiares com o educando facilita no processo de aprendizagem, Freire (apud SOARES, 1998) afirma em seus estudos que a alfabetização é um ato político e que promove a cidadania. O educador condena os métodos que tratam a alfabetização como mera decodificação de fonemas em grafemas e vice-versa, para classificar este aprendizado como um importante passo para a conquista da autonomia social e política do educando. Como diz Magda Soares, Freire criou:

não apenas uma concepção de educação como diálogo, (...), mas uma concepção de educação como prática da liberdade, educação como conscientização. (...). Não apenas uma concepção de alfabetização como método analítico – sintético de ensinar a ler e a escrever. (...), mas uma concepção de alfabetização como meio de democratização da cultura, como oportunidade de reflexão sobre o mundo e a posição do lugar do homem. (SOARES, 1998, p. 119).

As autoras Eleonora Cretton Abílio e Margareth Silva de Mattos (apud CARVALHO; MENDONÇA, 2002) também ressaltam a importância de um material de leitura produtor de significado, ressaltando a importância do uso de literatura infantil em sala de aula, já que o “o desenvolvimento da linguagem escrita na criança está na dependência direta da maior ou menor presença, em sua vida cotidiana, de práticas de leitura e escrita, e também dos modos de inserção dessa criança nas práticas discursivas orais”. (ABÍLIO; MATTOS apud CARVALHO; MENDONÇA, 2002, p.85)

O conto de fadas e seus recursos pedagógicos e terapêuticos

O conto de fadas, sendo uma construção coletiva, é carregado de arquétipos, com origem que se confunde com os ritos de passagem e importância social e semelhante aos mitos da Grécia Antiga. Muitos são anteriores à era Cristã, como “Os contos das mil e uma noites”, que eram usados na cultura hindu para tratamento de pessoas psicologicamente perturbadas. (BETTELHEIM, 1980).

O uso terapêutico e pedagógico das narrativas foi reconhecido publicamente pelo filósofo grego Platão, que recomendou a seus discípulos que a leitura de mitos fosse usada para a formação dos cidadãos de sua república ideal. Sobre o assunto, Mircea

Eliade (2002, p. 56) afirma que “essas histórias são modelos para o comportamento humano, devido a este mesmo fato, dão significação e valor à vida”.

Platão e vários outros pesquisadores ligados à Antropologia afirmam que os mitos e contos de fada se derivam ou dão expressão simbólica aos ritos de iniciação. Para Bettelheim (1980), tanto os mitos quanto os contos de fada lidam com conflitos psicológicos notadamente edípicos da criança. Usando metáforas, eles deixam à criança o mérito de absorver pelo inconsciente o significado do simbolismo para buscar por si própria a solução. O autor ressalta que não há tipo de conto específico para cada idade, e um mesmo conto pode servir de forma diversa a mesma pessoa em sua primeira infância e depois na adolescência e até na idade adulta.

O autor explica que grande parte da literatura moderna nega os conflitos internos profundos originados nos impulsos primitivos e emoções violentas dos seres humanos, e assim a criança não é ajudada a lidar com eles. O conto de fadas, ao contrário, toma estas ansiedades e dilemas e mostra, através de fantasias metafóricas, o medo de não ser amado, de não ter valor e até o medo da morte. Este recurso que o conto utiliza permite uma identificação da criança com a história, fazendo com que ela entre numa espécie de devaneio, onde ruma, reorganiza e fantasia soluções inconscientes aos seus problemas.

As questões de que tratam os contos de fadas são semelhantes às dos mitos: “O que é realmente o mundo?”, “Como posso viver minha vida nele?”, “Como posso realmente ser eu mesmo?”. Enquanto as respostas dadas pelos mitos são taxativas e diretas, os contos de fadas sugerem soluções variadas e em diversas instâncias, cabendo à criança escolher o modo de agir. Com base em todas as características positivas do conto de fadas, Bettelheim (1980), um psiquiatra, tratou crianças com graves problemas emocionais. O médico e autor garante que o desenvolvimento psicológico das crianças com a construção do significado para a sua vida são os fatores que permitem a formação de adultos saudáveis, com capacidade de interagir consigo mesmo e com o mundo.

Conclusão

A contribuição do conto de fadas no processo de alfabetização e letramento de crianças em aprendizado das práticas de leitura e escrita é muito rica, facilitando, além da assimilação do conteúdo – através da familiarização com as temáticas –, a formação de um sentido para a existência da criança em relação à sociedade. O conto de fadas também possibilita o acesso de crianças das mais variadas classes e culturas, já que as histórias têm origem oral e antiga, tendo sido criados por pessoas de grande diversidade cultural.

O valor terapêutico do conto de fadas auxilia pais e educadores na complementação do aprendizado das práticas de leitura e escrita, que passam a fazer parte da herança cultural que fornecerá significado para a criança. O uso do conto de fadas para o letramento de crianças vai ao encontro do que foi proposto por Magda Soares (1998) e Paulo Freire (apud SOARES, 1998), que condenam o caráter exclusivamente utilitário que as escolas vêm dando ao processo de alfabetização e letramento. O conto de fadas e demais gêneros literários de tradição oral são primordiais para a prática social da leitura e da escrita, pois fornecem numa leitura interacional, lugares sociais, convivência advindas da tradição e costumes da sociedade, promovendo maior cidadania, integração útil à sociedade.

Referências bibliográficas

ABÍLIO, Eleonora C.; ABRANTES, Wanda M.; MATTOS, Margareth S. *Da oralidade à escrita – a redescoberta da fala como experiência de narrar e os caminhos da produção textual: relatório de um curso de formação continuada*. Niterói: UFF/PROALE, 1994.

BAGNO, Marcos; STUBBS, Michael e GAGNÉ, Gilles. *Língua materna: letramento, variação & ensino*. São Paulo: Editora Parábola, 2002.

BETTELHEIM, Bruno. *A psicanálise dos contos de fadas*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1980.

CARVALHO, Maria Angélica Freire de; MENDONÇA, Rosa Helena (org.) *Práticas de leitura e escrita*. Secretaria de Educação à Distância, Brasília, 2006.

CASCUDO, Luís da Câmara. Prefácio. In: *Contos tradicionais do Brasil (folclore)*. Rio de Janeiro: Ediouro, s/d.

COELHO, Nelly Novaes. *O conto de fadas*. 2ª ed. São Paulo: Ática, 1991.

DARNTON, Robert. *O grande massacre dos gatos e outros episódios da história cultural francesa*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1986.

ELIADE, Mircea. *Mito e realidade*. 6ª. Ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.

KOCH, Ingedore Villaça e ELIAS, Vanda Maria. *Ler e Compreender: os sentidos do texto*. São Paulo: Editora Contexto, 2010.

ROJO, Roxane. O letramento na ontogênese: uma perspectiva socioconstrutivista. In: ROJO, Roxane (org.). *Alfabetização e letramento*. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras, 1998.

SOARES, Magda. *Letramento: um tema em três gêneros*. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 1998.

STRÔNGOLI, Maria Thereza. Quem conta um conto aumenta um ponto... na motivação do aluno para a leitura. In: *Leitura: teoria e prática: revista semestral da ALB*, Campinas, ano 9, n. 15, junho de 1990.

<http://www.anamariamachado.com/> Acesso em: 1 mar 16.